

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2005, FIRMADA NA DATA BASE DA CATEGORIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, PELO SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, COM REGISTRO SINDICAL N° MTIC 241.030/1952 E INSCRITO NO CNPJ SOB O N° 34273029/0001-69, REPRESENTANDO A CATEGORIA PROFISSIONAL E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEAC-RJ, COM REGISTRO SINDICAL N° 46000.000183/97-98 E INSCRITO NO CNPJ SOB O N° 34037150/0001-91, REPRESENTANDO A CATEGORIA ECONÔMICA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA:**

O piso salarial da categoria profissional a partir de 1º de Maio de 2005 será de R\$ 331,00 (Trezentos e trinta e um reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os empregados abaixo mencionados terão os salários que se seguem, a partir de 01.05.2005:

- SERVENTE	R\$ 331,00
- LIMPADOR	R\$ 331,00
- COPEIRA	R\$ 331,00
- FAXINEIRA	R\$ 331,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 331,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 331,00
- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 331,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 331,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 331,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 331,00 + periculosidade
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 331,00
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 331,00
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 377,81
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 380,78
- TRICICLISTA	R\$ 384,43
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 393,97
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 413,78
- ENCARREGADO	R\$ 413,78
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 413,78 + periculosidade
- RECEPCIONISTA	R\$ 413,78
- PORTEIRO/VIGIA	R\$ 413,78
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 413,78
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 413,78
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 413,78 + periculosidade
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 496,58
- DIGITADOR	R\$ 499,74
- CALAFATE	R\$ 538,22
- TELEFONISTA	R\$ 569,15
- GARÇOM	R\$ 576,67
- ALMOXARIFE	R\$ 576,67
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 579,30
- JARDINEIRO	R\$ 662,10
- SUPERVISOR	R\$ 768,92
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 827,57

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Maio de 2005.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Os valores retro-mencionados foram reajustados no percentual de **7,47%** (sete vírgula quarenta e sete por cento), sobre os salários de 1º de Maio de 2004.

**PARÁGRAFO QUARTO:**

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Maio/2005, no contra cheque do mês de Junho/2005, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA:**

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS:**

Todos os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira, e que percebam salário até R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), serão reajustados em Maio de 2005, na mesma proporção que os citados na Cláusula Primeira, isto é, 7,47% (sete vírgula quarenta e sete por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Para os empregados administrativos ou operacionais que percebam salários superiores a R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando-se, no mínimo, um aumento de 50% (cinquenta por cento) do reajuste salarial previsto na Cláusula Primeira, isto é, 3,73% ( três vírgula setenta e três por cento) sobre o salário do mês de Maio/04, valor este, que será incorporado ao salário base .

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar o item 55, da Orientação Jurisprudencial da SDI-I (TST), acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo diverso, no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

**PARÁGRAFO QUARTO:**

O salário dos empregados administrativos ou operacionais inferiores a R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), admitidos após a correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se os pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira, do presente Instrumento Normativo.

**CLÁUSULA QUARTA - VALE-TRANSPORTE:**

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, instituído pela Lei nº 7.418/85, com alteração da Lei nº 7.619/87, da forma regulamentada pelo Decreto 95.247/87.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os Sindicatos Convenientes acordam, com base no art. 7º, XXVI, da Carta Magna c/c parágrafo único, do Art. 5º do Decreto 95.247/87, mediante concordância expressa dos empregados e homologado pelo Sindicato Laboral, que as empresas poderão fornecer a parcela de sua responsabilidade correspondente ao Vale-Transporte em espécie, tal como definido pela legislação, tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição e distribuição do mesmo, decorrentes das peculiaridades próprias do setor de asseio e conservação, no que diz respeito às constantes transferências dos empregados para as diversas frentes de trabalho das empresas, por força do próprio processo de prestação de serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Na hipótese prevista nesta cláusula, o empregado assinará termo de compromisso pela opção acordada, estabelecendo que o pagamento será feito em folha, sob o título "Indenização de Transporte", e que como tal terá caráter meramente ressarcitório, não tendo natureza salarial, nem se incorporando a sua remuneração para qualquer efeito, e portanto, não se constituindo base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Ocorrendo majoração de tarifa, as empresas obrigam-se a complementar a diferença devida ao empregado.

**CLÁUSULA QUINTA - HORAS "IN ITINERE":**

O tempo despendido pelo empregado em condução fornecida pela empresa, de ida e volta para o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público, inclusive em apenas parte do trajeto, não será computado como jornada de trabalho, porque entendem as categorias que a condução da empresa é mais confortável e benéfica, e um acessório fornecido ao empregado para a prestação dos serviços e não como contraprestação, enquadrando-se, pois, no parágrafo 2º, do art. 458, da CLT.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

Em caso de atraso no transporte previsto no caput, a empresa não poderá descontar do empregado o período de atraso.

#### **CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:**

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação, seja em forma de ticket ou em pecúnia, no valor de R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

##### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

As empresas terão o direito de descontar dos empregados, o referido auxílio fornecido em dias de falta ao trabalho, observando-se o desconto já efetuado no parágrafo anterior.

##### **PARÁGRAFO QUARTO:**

Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

##### **PARÁGRAFO QUINTO:**

A concessão do auxílio-alimentação não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS:**

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Primeira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

#### **CLÁUSULA OITAVA - LÍDERES DE TURMA:**

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

**CLÁUSULA NONA - TRIÊNIOS:**

A gratificação mensal por triênio para os empregados que tenham ou venham a completar três anos na mesma empresa, será de 2% (dois por cento) do piso salarial da categoria.

**CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO:**

O Sindicato Laboral, em parceria com o Sindicato Patronal, obriga-se a manter um sistema de treinamento dos empregados da categoria, com objetivo de aprimoramento do nível técnico dos mesmos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DATA DO PAGAMENTO:**

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até as 15:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso. O pagamento deverá ser efetuado até às 15:00 horas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO:**

Fica acordado que as empresas em dia com suas obrigações sindicais e trabalhistas poderão pagar o 13º salário de seus empregados, em uma única parcela, até o dia 20 de dezembro.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas poderão optar pela antecipação do pagamento de parte do 13º salário, em qualquer época, desde que a complementação não exceda o dia 20 de dezembro.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRA-CHEQUE:**

As empresas pagarão o salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRÊMIOS E ADICIONAIS:**

Os prêmios e adicionais pagos com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivos, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS:**

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO:**

Nas atividades em que o trabalho for desenvolvido através de escala de revezamento com compensação, de doze horas de trabalho por trinta e seis horas consecutivas de descanso, jornada esta legal, não ensejará o pagamento de adicional por hora extra, desde que seja concedido intervalo para repouso e alimentação, de uma hora, nos termos do art. 71, da CLT. Os empregados sujeitos ao revezamento, ficam obrigados a marcar a sua frequência unicamente no início e término do expediente.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO - COMPENSAÇÃO DE JORNADA:**

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo legalmente permitido como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

##### **PARÁGRAFO TERCEIRO - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER:**

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

##### **PARÁGRAFO QUARTO - ARTIGO 59 DA CLT (BANCO DE HORAS):**

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, nos termos do Art. 59, da CLT, já com alteração prevista pela Lei nº 9.601, de 28.01.1998, ficando restrito, tão-somente, aos empregados lotados no mesmo setor de serviços. A formalização do Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO:**

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INSALUBRIDADE:**

Fica concedido aos empregados que exerçam a função de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, um adicional de insalubridade, calculado sobre o Salário Mínimo, nos locais considerados insalubres, na forma abaixo:

- a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;
- b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.
- c) O adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PERICULOSIDADE:**

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas comprometem-se a cumprir a Norma Regulamentadora 9 - NR 9, que trata da prevenção dos riscos ambientais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO:**

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme Lei 7.855/89, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quadragésima Primeira.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas obrigam-se a comunicar, por escrito, ao empregado desligado, a data, hora e local da quitação da rescisão, fornecendo cópia da comunicação ao empregado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO:**

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de vinte e quatro horas, as mudanças de horário e local de trabalho, respeitada a legislação em vigor, atinente a cada caso.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXPERIÊNCIA:**

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 6 (seis) meses após a respectiva demissão.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA:**

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEMISSÃO/GARANTIA DA GESTANTE :**

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Havendo a constatação do estado gestacional da empregada, após a sua demissão, sem que a empresa tivesse - à época - conhecimento de tal fato, a empresa compromete-se a readmitir a empregada em seu quadro funcional, sem qualquer incidência de ônus durante o período em que a mesma esteve afastada do emprego.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS:**

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, na forma da Lei, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Nos casos de greve dos Sistemas Públicos de Assistência Médica, as empresas aceitarão os atestados médicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelas clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa não tenha serviço médico próprio.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os atestados médicos serão obrigatoriamente encaminhados pelos integrantes da categoria no departamento de pessoal das empresas, no mesmo dia de sua emissão ou, no máximo, 48 horas após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE SAÚDE:**

As empresas de Asseio e Conservação comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 11,00 (onze reais) por empregado, a partir de 01 de maio de 2005, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenentes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR SINDICAL:**

1.1 Por esta cláusula, fica convencionado que as empresas durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho contratarão o Plano de Assistência Social Familiar Sindical, aprovado pelos Sindicatos Laboral e Patronal, a um custo mensal de R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos), por empregado, o qual garantirá de forma indiscriminada assistência social em casos de falecimento ou incapacitação permanente por redução da aptidão física do trabalhador, composto de:

1.1.1. Assistência Funeral: prestação do serviço de funeral e sepultamento no valor de R\$ 1.210,00 (hum mil e duzentos e dez reais);

1.1.2. Assistência Financeira Imediata: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais);

1.1.3. Assistência Alimentícia: Entrega mensal durante seis meses, de 50 (cinquenta) quilos de alimentos, num valor total mensal mínimo de R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais);

1.1.4. Manutenção de Renda Familiar, por morte: seis parcelas mensais de R\$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais);

1.2. Cada empregado contribuirá mensalmente com R\$ 2,05 (Dois reais e cinco centavos) do custo, mediante desconto mensal em folha de pagamento. A diferença de R\$ 1,52 (hum real e cinquenta e dois centavos) será custeada pela empresa;

1.3. A administradora do benefício expedirá, via correio, às empresas que compõem a categoria econômica, cadastradas pelos sindicatos, filiadas ou não, o Manual de Orientação e Regras, instruções e boletos para pagamento. Às que não receberem, deverão se cadastrar pelo DDG 0800 133738 ou diretamente nos sindicatos;

1.4. A presente não tem natureza salarial, por não constituir contraprestação dos serviços;

1.5. As assistências previstas nesta cláusula (itens 1.1.1 à 1.1.4) deverão ser respeitadas pelas empresas, ainda que venham a optar pela contratação de plano similar ao presente. Por tratar-se de um sistema de atendimento social imediato, no plano porventura contratado deverá constar a íntegra do Manual de Orientação e Regras citado no item 1.1, garantindo aos trabalhadores os direitos à assistência convencionada e o bom uso da contribuição financeira dos empregados. Em caso de inobservância do aqui pactuado, fica o empregador responsável pelo pagamento de multa equivalente ao dobro das assistências previstas em favor da família do falecido ou ao trabalhador incapacitado, cujo recibo fará parte da rescisão trabalhista.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - BOLSAS DE ESTUDOS:**

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORME:**

As empresas fornecerão gratuitamente 03 (três) uniformes por ano a seus empregados, quando obrigatório o seu uso, da seguinte forma: 01 (um) uniforme na admissão e mais 01 (um) a cada seis meses.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I:**

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

O EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES MÉDICOS:**

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS:**

As empresas obrigam-se a avisar, com 01 (um) mês de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dias antes do início das mesmas. Caso não cumpram o prazo estipulado, pagarão multa de 2% (dois por cento) ao mês, obedecendo-se a legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CARTEIRA DE TRABALHO - CTPS:**

Serão anotadas nas CTPS dos empregados, além do salário, todas as gratificações recebidas tais como triênio e outras vantagens, conforme legislação em vigor.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas fornecerão aos seus empregados os extratos do FGTS, sempre que emitidos pelo Banco Depositário.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SUBSTITUIÇÕES:**

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TRANSFERÊNCIA:**

As empresas deverão comunicar a seus empregados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, as mudanças de horário e local de trabalho.

**PARÁGRAFO ÚNICO - TRANSFERÊNCIA PARA OUTRO MUNICÍPIO:**

As empresas só poderão transferir o empregado do Município onde iniciou a exercer suas atividades para outro Município, ainda que próximo, com a concordância por escrito do empregado, pagando-se a ele as despesas adicionais do Vale-Transporte.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESVIO DE FUNÇÃO:**

Todos os empregados desviados de função terão suas funções corrigidas na CTPS.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO:**

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS:**

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONVÊNIOS:**

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE ESTUDANTE:**

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO:**

Os pedidos de demissão ou recibo de quitação da Rescisão Contratual de Trabalho, com mais de um ano de serviço, serão homologados no Sindicato Laboral da Categoria ou na Delegacia Regional do Trabalho - DRT-RJ, na forma da Legislação em vigor, com pagamento efetuado até às 15:00 horas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

As verbas rescisórias homologadas conforme disposto na presente Cláusula, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral, nos termos do Enunciado 330 do TST.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS:**

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL:**

As empresas deverão descontar mensalmente em folha a mensalidade dos associados e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o respectivo Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto, através de depósito no Banco Banerj S.A., agência 3411, conta corrente nº 02259-7, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, cópia do recibo de depósito bancário acompanhada da listagem dos sócios para aquisição do recibo definitivo.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL:**

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os Delegados e Diretores terão direito a 01 (um) dia de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

##### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA LABORAL:**

As empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância de R\$ 1,70 (hum real e setenta centavos) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária, bem como na forma prevista no Art. 8º, IV, da Constituição Federal e do Art. 513, "e", da CLT, a título de Contribuição Confederativa, para custeio dos benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS, e acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão-de-obra, conforme estabelecida na Cláusula Décima da presente Convenção Coletiva, podendo o empregado opor-se, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do registro do presente instrumento coletivo na Delegacia Regional do Trabalho, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do opoente, na sede do Sindicato Laboral.. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

As empresas deverão efetuar o depósito da Contribuição Confederativa Laboral no Banco do Brasil S.A., agência 0435-9, conta corrente nº 31370-X, no prazo de 5 (cinco) dias após o desconto em folha, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia do recibo bancário acompanhado da folha de pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou efetuar o pagamento na sede da Entidade Laboral em cheque nominal. O atraso no repasse incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Confederativa, acrescidos de atualização monetária.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL:**

As empresas abrangidas por esta Convenção descontarão de cada empregado representado pelo Sindicato Laboral, em folha de pagamento, a quantia de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), sendo R\$ 11,00 (onze reais) no contra cheque do mês de Junho/2005 e R\$ 11,00 (onze reais) no contra cheque do mês de Agosto/2005, a fim de custear os Serviços Assistenciais do respectivo Sindicato, podendo o empregado opor-se, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do registro do presente instrumento coletivo na Delegacia Regional do Trabalho, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do opoente, na sede do Sindicato Laboral. Este valor deverá ser repassado pelas empresas através de depósito no Banco do Brasil S.A., agência 0435-9, conta corrente nº 31370-X, no prazo máximo de 10 (dez) dias após cada desconto, ou efetuar o pagamento na sede da Entidade Laboral em cheque nominal, caso contrário, será cobrada multa de 2% (dois por cento) ao mês. As empresas terão o prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à secretaria do Sindicato Laboral, cópia do recibo de depósito bancário acompanhada da folha de pagamento ou das Guias de Recolhimento da Previdência Social (GRPS).

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:**

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 11,00 (onze reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 20 de Outubro de 2005, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 20 de Outubro de 2005, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 20 de outubro de 2005, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL:**

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 1 (hum) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula primeira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 18 de Agosto de 2005, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 18 de Agosto de 2005, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Confederativa Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 18 de agosto de 2005, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Em caso de não recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN:**

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:**

A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às demais empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de concorrências, carta-convite ou tomada de preços, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:**

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2004	CCT / 2005
Cláusula 1 <sup>a</sup> (Piso Salarial da Categoria)	R\$ 308,00	R\$ 331,00
Cláusula 6 <sup>a</sup> (Auxílio Alimentação*)	R\$ 62,10	R\$ 72,45
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)		
Cláusula 27 <sup>a</sup> (Assistência Social)	R\$ 1,38	R\$ 1,52
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 371,48</b>	<b>R\$ 404,97</b>

Variação do dispêndio financeiro entre a CCT/04 e a CCT/05= 9,02% (nove vírgula zero dois por cento)

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DIVERGÊNCIAS:**

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO - CICPAC:**

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Quinquagésima Segunda – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Maio de 2004 a 30 de Abril de 2006, bem como o Termo Aditivo, depositado em 27.04.2001, na Delegacia Regional do Trabalho sob o nº 46215.020087/2001-14, da forma que se segue:

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenentes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Av. Passos, 122 – 3º andar, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenentes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

**PARÁGRAFO QUARTO:**

A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

**PARÁGRAFO QUINTO:**

Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

**PARÁGRAFO SEXTO:**

Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:**

Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

**PARÁGRAFO OITAVO:**

O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade da Câmara Intersindical de Conciliação Trabalhista do Comércio do Rio de Janeiro – CINTEC.

**PARÁGRAFO NONO:**

Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juizes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pelo Lei nº 9.958/00.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE:**

As empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante o período de vigência da mesma.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - VALIDADE:**

A presente Convenção terá vigência a partir de 01 de Maio de 2005 à 30 de Abril de 2007, revogando-se as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de asseio e conservação do ano de 2004, sem prejuízo da categoria profissional. As cláusulas exclusivamente econômicas serão objeto de revisão na próxima data base, ou seja, em Maio de 2006.

Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2005.

**LUCIANO DAVID DE ARAÚJO**  
Presidente - Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio  
e Conservação do Município do Rio de Janeiro  
CPF.: 589075997-34

**CLAUDIO GOULART DE SOUZA**  
OAB-RJ 54556

**RICARDO COSTA GARCIA**  
Presidente - Sindicato das Empresas de Asseio e  
Conservação do Estado do Rio de Janeiro  
CPF.: 332.508.557-15

**JOSÉ DE ALENCAR LEITE MAGALHÃES**  
OAB-RJ 80517